

# Da sociologia pragmática à sociologia do trabalho: as gramáticas sociais e o processo de debate da reforma trabalhista de 2017 no Congresso Nacional brasileiro

**From pragmatic sociology to sociology of labor: social grammars and the 2017's labor reform debate process in the Brazilian National Congress**

**De la sociología pragmática a la sociología del trabajo: las gramáticas sociales y el proceso de debate de la reforma laboral de 2017 en el Congreso Nacional brasileño**

**Vinicius Foleto  
BEVILAQUA**

[vbevilaqua@gmail.com](mailto:vbevilaqua@gmail.com)

Pesquisador autônomo. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Este artigo analisa a dinâmica discursiva da relação capital-trabalho quando manifestada na esfera legislativa. Para analisar a dinâmica, o artigo se direciona à esfera legislativa brasileira, se concentrando nas audiências públicas sobre a reforma trabalhista de 2017, realizadas no Congresso Nacional. A partir do referencial teórico da teoria das justificações de Boltanski e Thévenot, e do conceito de “gramática social”, problematiza-se como a dinâmica discursiva entre capital e trabalho se desenvolve quando no debate público dentro da esfera legislativa. Para esse fim, esta pesquisa se desenvolve com base na análise das notas taquigráficas das audiências públicas desdobradas no Congresso Nacional, e o método de análise foi a análise do discurso e análise de conteúdo. Como resultados, identificaram-se duas gramáticas: a gramáti-*

ca social da “modernização” e a gramática social da “cidadania”. A dinâmica discursiva da relação capital-trabalho se mostrou conflituosa e marcada por críticas, justificações e estratégias discursivas antagônicas. A dinâmica discursiva apresentada durante as audiências públicas foi reveladora em relação ao modo de relação capital-trabalho do capitalismo brasileiro contemporâneo. Conclusivamente, aponta-se que a sociologia do trabalho se beneficiaria de complementações de abordagens que sublinhassem características morais dos discursos e dos objetos de estudo que operam no capitalismo brasileiro.

**Palavras-Chave:** *Sociología pragmática francesa; Sociología del trabajo; Relación capital-trabajo; Reforma laboral; Congreso Nacional.*

*This article aims to analyze the capital-labor relation discourse dynamics when it was discussed in the legislative sphere. To analyze the dynamics, the article focuses on the Brazilian legislative sphere, specifically on public hearings carried out during the 2017's labor reform in the National Congress. From the theoretical framework of the theory of justifications by Boltanski and Thévenot and from the concept of "social grammar", it is problematized how the discourse dynamics between capital and labor is developed when it happens in a public debate inside the legislative sphere. This research was developed based on the analysis of documents generated from shorthand notes, which were made during public hearings carried out at the National Congress. The analysis methods were the discourse analysis and content analysis. It was identified two grammars: the social grammar of "modernization" and the social grammar of "citizenship". The capital-labor discourse dynamics was contentious and presented critics, justifications and antagonistic discursive strategies. The capital-labor discourse dynamics presented during the public hearings revealed how the capital-labor relation in the contemporary Brazilian capitalism works. In conclusion, it is pointed out that the sociology of labor could have benefits from complementing approaches underlining the moral characteristics of discourses and objects of study that operate in the Brazilian capitalism.*

**Keywords:** *French Pragmatic sociology; Sociology of labor; Capital-labor relation; Labor reform; National Congress.*

Este artículo analiza la dinámica discursiva de la relación capital-trabajo cuando se manifiesta en la esfera legislativa. Para analizar esta dinámica, se centra en la esfera legislativa brasileña, enfocándose en las audiencias públicas sobre la reforma laboral de 2017, realizadas en el Congreso Nacional. Utilizando el marco teórico de la teoría de las justificaciones de Boltanski y Thévenot, junto con el concepto de "gramática social", se plantea la interrogante sobre cómo se desarrolla la dinámica discursiva entre capital y trabajo en el debate público dentro de la esfera legislativa. Esta investigación se basa en el análisis de lo diario de sesiones de las audiencias públicas en el Congreso Nacional, utilizando métodos de análisis del discurso y análisis de contenido. Como resultados, se identificaron dos gramáticas: la gramática social de la "modernización" y la gramática social de la "ciudadanía". La dinámica discursiva de la relación capital-trabajo se reveló conflictiva, marcada por críticas, justificaciones y estrategias discursivas antagónicas. La dinámica discursiva en las audiencias públicas ofreció una visión reveladora sobre la relación capital-trabajo en el capitalismo brasileño contemporáneo. En conclusión, se destaca que la sociología del trabajo se beneficiaría de enfoques adicionales que resalten las características morales de los discursos y objetos de estudio en el capitalismo brasileño.

**Palabras clave:** *sociología pragmática francesa; Sociología del trabajo; Relación capital-trabajo; Reforma laboral; Congreso Nacional.*

## Introdução

Este artigo<sup>1</sup> se propõe a explorar manifestações discursivas dos agentes representantes da relação capital-trabalho quando dispostos como locutores políticos na esfera legislativa brasileira. A relação entre capital e trabalho sofreu múltiplas alterações na sua dinâmica ao longo da história da formação social brasileira, e observou-se uma relação turbulenta no Brasil moderno, após alguns anos de relativa tensão controlada quando nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. Ao final do primeiro governo de Dilma Rousseff, a relação entre capital e trabalho começou a erodir frente a uma série de condicionantes, como a redução da taxa de lucro das empresas brasileiras, fenômeno político-econômico que descontentou as classes patronais a nível nacional. As acelerações das crises econômica e política marcaram a instabilidade nos governos dilmistas. O processo de impeachment, ocorrido entre 2015 e 2016, tornou manifesto e visível os conflitos históricos entre capital e trabalho. Naquele contexto, a esfera política formal – e, em específico, o Congresso Nacional – se encontrou no meio de uma reorganização das forças sociais e políticas, que procuravam influenciar a forma na qual o Estado iria organizar e distribuir seus recursos políticos.

A entrada de Michel Temer na presidência do Poder Executivo produziu uma vazão na inserção de um conjunto de reformas que radicalizavam as legislações existentes. Nessa esteira de iniciativas, uma série de alterações foram propostas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e as mudanças dispostas despertaram posicionamentos favoráveis e contrários nos representantes da relação capital-trabalho. Sublinhou-se, no Congresso Nacional, sua característica de arena de disputa política, discursos políticos acalorados foram identificados nas audiências públicas que envolviam aquele conjunto de reformas. O modo de relação operado entre capital e trabalho na esfera legislativa se tornou um objeto de análise distinto do que era em virtude da forma como se manifestou.

De maneira a aprofundar a investigação empírica, concebe-se o processo de debate sobre o Projeto de Lei nº 6.787/2016 – daqui em diante referido como “reforma trabalhista” – na esfera legislativa brasileira, em 2017, como alvo de análise. O ângulo de aproximação a esse fenômeno social se concentrou nos discursos políticos dos agentes envolvidos nas audiências públicas sobre a reforma trabalhista, especificamente suas críticas, justificações e estratégias discursivas.

O referencial teórico foi fundamenta-

<sup>1</sup> Este artigo é uma continuação direta de ideias não exploradas na tese de Doutorado do autor, que teve como orientador o prof. dr. Fernando Coutinho Cotanda. A elaboração da tese contou com o auxílio de uma bolsa Proex/Capes. Agradece-se aos pareceristas da revista pelos comentários e sugestões valiosas ao artigo.

do por meio de dois conceitos, e a análise frente ao material empírico suscitou a criação do conceito denominado “gramática social”, conceito que busca sublinhar a dinâmica discursiva entre agentes, principalmente quando manifestada sob a forma de um conflito público, através da junção das dimensões histórica, coletiva e discursiva<sup>2</sup>. Fruto da articulação analítica entre a empiria e a teoria, elaborou-se um conceito que enfatiza que os discursos unem situação com historicidade e identidade coletiva com conceitos como “trabalho”, “Estado”, “legislação” e “mercado”, no caso do objeto de estudo. O segundo conceito escolhido foi o de cité (ou “modelo de justiça”), criado por Boltanski e Thévenot (2006), que se inscreve na teoria das justificações e das críticas dos franceses e funcionou para identificar os fundamentos morais mobilizados pelos agentes em contextos de disputa pública.

Metodologicamente, fez-se uso da análise do discurso (Charaudeau, 2017; Mangueneau, 2008) e da análise de conteúdo (Bardin, 2016; Spink & Lima, 1999) das notas taquigráficas das audiências públicas ocorridas entre março e junho de 2017 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Especificamente, a análise se concentrou em audiências públicas com a presença de porta-vozes das confederações patronais e dos líderes e presidentes

de centrais sindicais. Para coletar os dados referentes aos discursos dos parlamentares, analisou-se os discursos em 28 audiências públicas, totalizando 82 horas e 57 minutos. Os dados foram organizados por meio do software Nvivo12 e do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS v. 18). O objetivo principal foi operar um recorte teórico-metodológico que identificasse as críticas, as justificações, as estratégias discursivas e os conceitos de “trabalho”, “Estado”, “legislação trabalhista” e “mercado”, recorrentemente presentes em cada discurso analisado. No desenvolvimento da pesquisa, a análise das críticas e das justificações dos agentes foi complementada por meio do mapa de associação de ideias (Spink & Lima, 1999). A dinâmica discursiva entre capital e trabalho se torna melhor apreendida por meio do uso desse mapa, visto que permite a identificação dos momentos em que os agentes dirigem seus discursos aos seus adversários<sup>3</sup>.

Os caminhos do argumento central do artigo estão divididos em três tópicos. O primeiro investiga a noção de “gramática” principalmente no referencial bibliográfico da sociologia pragmática francesa. A investigação possibilita situar o objeto de estudo em torno de uma perspectiva específica para averiguar como se desenrola a dinâmica discursiva entre os agentes en-

<sup>2</sup> O conceito de gramática social procura averiguar uma parte da realidade empírica, a partir de uma perspectiva particular. Ele não se propõe em ser uma abordagem absoluta sobre o discurso ou sobre o objeto de estudo em específico. Adicionalmente, é um conceito em desenvolvimento.

volvidos no processo de debate da reforma trabalhista de 2017. O segundo tópico permite identificar a relevância do “conflito” e do discurso político – por meio do conceito de “gramática social” – e tecer uma aproximação entre o referencial teórico da sociologia pragmática com o enquadramento temático da sociologia do trabalho brasileira, de forma a, modestamente, corroborar com uma perspectiva alternativa nessa última. O terceiro tópico se refere à conceituação da “gramática social”, que se elege como o principal recurso analítico empregado na investigação sobre o objeto de estudo.

A primeira seção deste artigo aborda como a gramática é concebida na sociologia pragmática francesa e quais elementos da noção podem ser agregados como uma perspectiva complementar às abordagens contidas na sociologia do trabalho brasileira. A ideia de “conflito” será uma ponte que aproximará a sociologia pragmática da sociologia do trabalho. A segunda seção se encarrega da definição e da exploração do conceito de “gramática social”, enfatizando três dimensões das interações entre os agentes: a histórica, coletiva e a discursiva. A terceira seção se debruça sobre a dinâmica discursiva entre capital e trabalho durante o processo de debate da reforma trabalhista no Congresso Nacional através do

conceito de gramática social e do conceito de cité de Boltanski e Thévenot (2006).

## ***Sociologia pragmática francesa e sociologia do trabalho***

A sociologia pragmática francesa e a sociologia do trabalho possuem potencial para contribuir com um objeto de estudo que num primeiro momento parece mais próprio à sociologia política. Definindo-se a dinâmica de debates da relação capital-trabalho na esfera legislativa a nível nacional como objeto de estudo, destaca-se que a compreensão do conteúdo semântico que permeia a relação capital-trabalho, junto ao modo como se manifesta publicamente, torna-se um ângulo de análise pertinente para perquirir sobre a forma de relação – a dinâmica – do capital e do trabalho na formação social brasileira contemporânea. Apesar disso, antes de se aventurar na exposição do conceito de gramática social e da sua incisão sobre o objeto empírico, busca-se, aqui, explorar teorias e pesquisas que venham antes e que, de uma forma ou outra, possibilitem o diálogo.

Duas correntes podem ser elencadas como tendo em vista contribuir com a análise do objeto de estudo: a teoria da escolha racional e a teoria deliberativa da democra-

---

<sup>3</sup> Na utilização do mapa de associação de ideias, recortou-se a manifestação discursiva de 21 agentes (10 contrários à reforma, e 11 favoráveis). O critério para o recorte se baseou na busca por diversidade de conteúdo e forma, mas também, e principalmente, nos locutores cujo discurso se direcionava a outros agentes empiricamente identificáveis (senador A para senador B, ou líder sindical C para deputado federal D) e não a objetos discursivamente abstratos como “mercado”, “Estado” ou “democracia”.

cia. Ainda que se denomine “teoria da escolha racional”, torna-se sensato considerar que essa corrente não pode ser definida como homogênea. As tentativas de uso e conceituação são distintas, dessa maneira, optou-se nessa exposição destacar as obras voltadas de alguma forma ao objeto de estudo<sup>4</sup>. Nesse recorte, as “decisões coletivas”, as “decisões públicas” e a “deliberação” (Burns & Lemoyne, 2007; Elster, 2010; Kreppel & Hix, 2003; Morin & Gold, 2010; Rocha, 2010; Stephenson, 2011) são dispostas como o objeto principal de análise das pesquisas. Como os agentes – especialmente, parlamentares – argumentam e trocam informações de maneira a elaborar um juízo sobre determinada política pública. Define-se a “dinâmica discursiva”, naquelas correntes, como uma troca de argumentações e informações entre os participantes do debate.

Em Elster (2010), explora-se as diferenças entre as teorias normativas do indivíduo e as decisões coletivas, analiticamente afirmando que as decisões coletivas envolvem três processos: o estabelecimento de fatos, a escolha dos meios e a adoção das finalidades. Desse modo, os agentes coletiva e discursivamente expõem os fatos e, então, debatem os meios

e escolhem as finalidades, num conjunto de processos que opera na direção da argumentação e troca de informações. Na pesquisa de Kreppel e Hix (2003), aborda-se a mudança do padrão da competição política no parlamento europeu, demonstrando que, apesar da teoria da escolha racional necessitar de complementações de ordem simbólica, contribui ao sublinhar as preferências e escolhas de curto prazo dos agentes, o que acarretaria, no entendimento esboçado frente ao objeto de estudo do artigo, em discursos produzidos com base na situação e contexto político no qual os agentes se encontram.

Na corrente da teoria deliberativa da democracia, a premissa teórica central entende que os agentes intersubjetivamente argumentam entre si para alcançar determinado entendimento sobre um tópico em discussão (Avritzer, 2000; Benson, 2019; Cohen, 2003; Dolny, 2011; Faria, 2000; Habermas, 2003). Destacam-se, na corrente, as virtudes racionais e deliberativas dos agentes. De modo geral, as teorias deliberativas da democracia apontam para as capacidades subjetivas de diálogo dos agentes, de forma a destacar que a deliberação locomove-se de um ponto de diferença e conflito entre as vi-

<sup>4</sup> Ressalta-se, também, que a maior parte dos estudos baseados nessa corrente se voltam à ação social dos agentes, tornando secundário ou ausente o interesse nas mobilizações discursivas daqueles. Especificamente, como o agente opera suas escolhas ou decisões (seu comportamento político, e.g.) se apresenta como um imperativo na corrente da escolha racional. Frente ao objeto de estudo deste artigo, encontra-se pesquisas que são orientadas a como uma ação social influencia o processo político de deliberação, relegando o papel do discurso político.

sões de mundo dos envolvidos para chegar ao consenso entre as partes.

Benson (2019) aborda a teoria deliberativa da democracia buscando defendê-la da crítica que aponta à ausência de uma conceituação que inclua a noção de conhecimento tácito. No seu argumento central, é defendido que a teoria contempla o conhecimento tácito através da adoção da ideia de “confiança no testemunho” (do orador). Dessa forma, o modelo teórico envolveria tanto a discussão racional “livre” e “igual”, segundo o autor, quanto à existência de um conhecimento tácito que, por sua própria definição, não precisa ser explicitado. Dolný (2011), por sua vez, busca re inserir a teoria deliberativa da democracia em sua forma institucional através da eleição da figura do parlamento como uma arena política capaz de tensionar uma inflexão teórica. Dada a “natureza” competitiva dos parlamentos, o autor questiona como é possível adequar a teoria deliberativa da democracia num contexto marcado pela competição política entre os agentes.

De frente às correntes da teoria da escolha racional e da teoria deliberativa da democracia e de forma complementar, argumenta-se que a sociologia pragmática francesa e a noção de “gramática” são elementos capazes de fortalecer a compreensão sociológica sobre o objeto de estudo escolhido. Ambas apresentam perspectivas que agregam à análise do objeto de estudo, como os repertórios e as capacidades cognitivas e morais dos agentes, provenientes da sociologia pragmática, e a ideia de que os discursos políticos mobi-

lizados pelos agentes respondem às gramáticas sociais que são: 1) historicamente recorrentes; 2) coletivamente orientadas; e 3) interacionalmente circunscritas.

Na sociologia pragmática francesa, dependendo do marco teórico, a utilização da noção de “gramática” tem se direcionado à compreensão de que os agentes ou grupos sociais possuem repertórios linguísticos, mobilizam recursos cognitivos e morais de justificação que funcionam para afirmar suas visões de mundo e práticas – mas também criticar visões opostas – e superar conflitos, expressando, assim, uma espécie de unidade cognitiva e moral dos seus pressupostos filosóficos<sup>5</sup>. A noção de gramática se encontra embebida no resgate da dimensão política e moral quando considerada, especialmente, nas pesquisas dentro da sociologia pragmática. A passagem de uma noção para um conceito torna o termo “gramática” um caso que destaca como um conceito pode assumir significações distintas quando associado a quadros teóricos diferentes<sup>6</sup>.

A forma como a noção é compreendida, em termos gerais, quando imersa nos referenciais teóricos da sociologia pragmática é melhor captada à luz de uma definição básica. Kaufman (2012) argumenta que as sociologias que assumem a designação de “pragmáticas” se apoiam sob um entendimento que não parte do indivíduo em si ou da ordem social, e sim a partir da própria ação social, suas regras, de forma a observar como o social se realiza na prática através das atividades sociais de coordenação, de ajuste e de justificação que possibilitam

aos agentes a produção e manutenção de um mundo comum.

A “investigação gramatical” e a formalização de “um modo gramatical” (Kaufmann, 2012) são etapas que as pesquisas, na sociologia pragmática, se deparam, como é o caso de Boltanski e Thévenot (2006). Os autores investigam textos na filosofia política que possam representar distintos modelos de justiça que funcionam para classificar sujeitos e objetos e justificar ações e discursos. Desse modo, primeiro ocorre um exame dos pressupostos filosóficos e argumentos centrais em cada uma das obras escolhidas para, após, elaborar-se um conjunto de regras comuns que perpassam cada um daqueles modelos de justiça identificados, formalizando os “modos gramaticais” de Kauffman, por assim dizer. No caso destacado, as gramáticas surgem como recursos cognitivos e morais compartilhados entre os agentes<sup>7</sup>. Nachi (2009) argumenta que a gramática da ação de Boltanski envolve o entendimento de que a coordena-

ção das ações e os julgamentos dos agentes respondem às restrições cognitivas e às regras gramaticais daqueles próprios. Desse modo, as gramáticas também aparecem como uma espécie de componente da estrutura cognitiva dos agentes. Os autores que assumem a noção de gramática e tem consigo um marco teórico pragmático compreendem que as interações entre agentes – a coordenação das ações, os julgamentos morais e as suas situações de conflito e de consenso – se desenrolam sob um pano de fundo relacional e dentro de um contexto microssocial.

Na obra *Luta por reconhecimento*, Honneth (2013) – fora do círculo da sociologia pragmática – usa da noção de “gramática”, mas com um propósito distinto. Bebendo principalmente de Hegel e Mead, o filósofo perquire sobre a estrutura das relações sociais de reconhecimento. Um dos principais argumentos é o de que o desrespeito – como um dos sentimentos possíveis que se manifestam quando o sujeito ou o coletivo se sente lesado – pode se tornar uma

<sup>5</sup> As gramáticas da ação (Cefaï, 2009; Boltanski, 2000; Colomé & Mayer, 2016; Guzmán et al, 2017; Lemieux, 2009; Nachi, 2009), as gramáticas fundadas na filosofia política e a elaboração de uma economia de grandezas e de modelos de justiça (Blok, 2013; Blokker, 2011; Boltanski & Thévenot, 2006; Boltanski & Chiapello, 2009; Holden & Scerri, 2015; Jagd, 2011; Thévenot et al, 2000) e a gramática moral das lutas por reconhecimento (Honneth, 2013) são exemplos de como a noção é fluída e mobilizada com relativa recorrência – ainda que limitada aqueles campos de conhecimento.

<sup>6</sup> Por exemplo, a elaboração do conceito de gramática moral de Honneth é diferente da forma como Boltanski e Thévenot abordam o mesmo termo. A adoção da noção pela via pragmatista – excluindo Honneth – e moral nesses autores se apresenta na França como um movimento contrário, às vezes intencional dependendo do autor, ao legado Bourdieusiano e seu estruturalismo genético e ao individualismo metodológico de Boudon. A ênfase nas situações de interação entre os agentes e na classificação dos mundos sociais no discurso confere à noção de gramática um status conceitual que se encaixa organicamente aos pressupostos daqueles arcabouços teóricos.

base motivacional de resistência coletiva, desde que os sujeitos sejam capazes, a partir de um quadro interpretativo inter-subjetivo, de generalizar seus sentimentos para um grupo inteiro, tornando o desrespeito coletivamente percebido e sentido. A palavra “gramática moral” – exposta no subtítulo daquele livro – poucas vezes aparece ao longo do texto, entretanto, essa observação não impede o raciocínio de que a gramática moral, à qual Honneth se refere, encontra-se atrelada à capacidade singular ou coletiva dos agentes em usarem dos seus quadros interpretativos e elaborarem, intersubjetivamente, razões morais para se engajarem numa luta por reconhecimento; portanto, uma gramática moral se define como um produto desse processo.

A fundamentação e elaboração teórica dos sociólogos pragmatistas e do marco teórico formulado por Honneth encontram certas proximidades e distanciamentos quando se tem no horizonte a noção de “gramática” e de “conflito”. A ideia sobre a experiência individual e coletiva auxiliar na produção do conteúdo de uma gramática é uma semelhança compartilhada pelos referenciais teóricos destacados, todavia, em Honneth, ocorre uma ênfase na capacidade das experiências em calcificar os

conteúdos morais, se comparado aos sociológicos pragmatistas, onde as experiências surgem mais como complementos à interação entre os agentes e a mobilização dos modelos de justiça – se pensado por meio de Boltanski e Thévenot – ou das restrições cognitivas e das regras interpretativas em Lemieux e Nachi<sup>8</sup>. Nesses modelos teóricos, o conflito surge como um gatilho à manifestação moral dos agentes, ocupando um elemento central. O conflito, no caso da sociologia pragmática francesa, fornece vazão a quais modelos de justiça ou regras interpretativas serão mobilizadas em resposta às críticas. Na formulação honnethiana, o conflito possui a capacidade de sublinhar qual a luta por reconhecimento operada entre as partes envolvidas, assim como as gramáticas morais, sua relação com a experiência individual e coletiva dos agentes frente ao conflito.

O conflito se torna uma ponte que conecta as proposições da sociologia pragmática com os recortes dos objetos da sociologia do trabalho. Nessa última, a relação capital-trabalho – que em boa parte das pesquisas se apresenta ou é definida como um conflito – demonstra historicamente uma persistência, tanto no recorte quanto na linguagem sociológica. No caso do objeto

<sup>7</sup> A noção de prova, na Sociologia pragmática, demanda que os recursos cognitivos e morais dos agentes encontrem certa ressonância com objetos e dispositivos para verificar e legitimar os argumentos mobilizados durante um processo de disputa (Blokker, 2011). Um objeto cívico – uma Constituição e.g. – se encontra imbuído da vontade geral de uma sociedade que, por sua vez, se encontra sustentada por um conjunto de agentes que reconhecem, legitimam e compartilham de um mesmo denominador. Nesse mesmo caso, o objeto funcionará também como prova da validade dos argumentos.

de estudo do artigo, existe um conjunto de pesquisas que se concentra nas alterações legislativas associadas ao mundo do trabalho. Nessa área, ocorre uma subdivisão, aproximada, em três interesses: 1) a discussão técnica, algumas vezes associada ao Direito do trabalho, das normas e regulamentações da CLT; 2) o debate sobre os efeitos das práticas dos agentes no mercado de trabalho, quando considerado as alterações nas legislações trabalhistas; e 3) os processos legislativos e as políticas públicas associadas ao mundo do trabalho. Exemplos na literatura seriam Armelino (2015), Burgess (2010), Cook (1998), Galvão (2003), Gibbons (2015), Goldín (2012), Mayer (2016), Pessanha e Arthur (2013). Em relação à reforma trabalhista brasileira de 2017, autores como Hillesheim (2017) e Krein (2018) exploraram a ação coletiva do sindicalismo brasileiro direcionada à reforma trabalhista, ressaltando pontos como a participação da reforma no processo de “ajuste” entre a regulação social do trabalho no Brasil e o capitalismo contemporâneo mundial, ao esvaziar as capacidades de organização e ação política do sindicalismo. No caso deste artigo, a adição de uma perspectiva que contemple a manifestação discursiva, moral e política dos agentes ajuda a complementar o quadro de pesquisas existentes na sociologia do trabalho brasi-

leira, como Bridi et al. (2018) apontam em relação à escassez de pesquisas na área.

A sociologia pragmática possui qualidades que complexificam as maneiras nas quais a sociologia do trabalho aborda seus objetos de estudo. O principal ângulo escondido nesse artigo se direciona à dinâmica discursiva entre capital e trabalho durante o trâmite legislativo da reforma trabalhista no Congresso Nacional. Município da teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Thévenot (2006), busca-se adicionar o conceito de gramática social de forma a complementar a análise. Concordando com Jagd (2011), a sociologia pragmática auxilia nas análises que envolvem as críticas e as justificações lançadas por agentes. No caso do objeto de estudo, a sociologia pragmática confere um arcabouço teórico significativo para inquirir sobre o conteúdo social e moral das críticas e das justificações mobilizadas pelos agentes envolvidos no conflito capital versus trabalho.

### ***O conceito de gramática social: historicidade, coletividade e discursividade***

Após apresentada a relação da noção de gramática com a sociologia pragmática, junto a uma aproximação com a sociologia do trabalho, concentrar-se-á numa concei-

<sup>8</sup> Alguns autores na Sociologia pragmatista, como Cefaï (2009), irão abordar a noção de “experiência” a partir de três ângulos: 1) experiência como prova estética; 2) como experimentação prática; e 3) como interação entre dois ou mais agentes.

tuação da noção que possa abarcar o objeto de estudo em conjunto com uma teorização que une historicidade a discursividade do coletivo.

O conceito de gramática social se organiza em torno de três dimensões: 1) a histórica; 2) a coletiva; e 3) a discursiva. Cada uma das dimensões apresenta certa interface com os conteúdos expostos na seção anterior, mas também contém traços do exame empírico-teórico do objeto de estudo da próxima seção.

O conceito de gramática social procura complementar, a seu modo, as análises que se concentram na interação discursiva entre agentes. A teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski e Thévenot (2006), por exemplo, ao abordar o imperativo de justificação em momentos de interação entre os agentes, sublinha a capacidade crítica deles para mobilizarem seus argumentos e defender ou atacar perspectivas distintas no plano moral. O conceito de gramática social, ao adicionar a dimensão histórica e coletiva, propõe complementar as análises que envolvem as interações discursivas entre os agentes ou grupos sociais ao sublinhar o lastro social para além dessas.

Cada uma das gramáticas estudadas – e demonstradas na próxima seção do artigo – apresentou conteúdos próprios a si e certa linhagem histórica a discursos, conceitos e experiências coletivas anteriores. Para conceber esse ângulo, definiu-se dentro do conceito de gramática social a dimensão da “história”, que tem como principal influência a disciplina da história dos conceitos – sem

abraçar de forma extensiva a abordagem teórico-metodológica desta<sup>9</sup>. No conceito de gramática social, a dimensão histórica engloba dois componentes, quais sejam, os “conceitos”<sup>10</sup> – Estado, liberdade e democracia e. g. – e o componente da “aprendizagem sociopolítica” das coletividades traduzida em discurso, a partir dos eventos históricos fundamentais que marcam parte do conteúdo das gramáticas sociais.

As gramáticas sociais contêm as experiências e expectativas históricas coletivas transformadas em discursos. Concordando com Koselleck (2006), o campo de experiências históricas restringe os conceitos que, por sua vez, balizam as significações das expectativas futuras<sup>11</sup>. De modo parcialmente equivalente, os conceitos que compõem as gramáticas sociais auxiliam no conteúdo e na elaboração discursiva dos agentes ou grupos sociais<sup>12</sup>. Em virtude dessa parcialidade, ressalta-se que os conceitos identificados são elaborados pelos grupos sociais adquirindo um verniz significativamente moralizado. Os conceitos se apresentam, nesse caso, como lentes de observação sobre o mundo social – e as esferas sociais – que os agentes habitam. Sobretudo, essa característica moralizada dos conceitos se afasta, parcialmente, da maneira como a História dos conceitos de Koselleck se debruça sobre a questão.

A dimensão coletiva busca destacar que as gramáticas contemplam uma identidade aos grupos sociais ou agentes que as manifestam. Ao discursarem, os agentes ou representantes de coletivos definem a si, seus adversários e o mundo que habitam.

A formação gramatical da identidade será relacional, e não um atributo inscrito nos discursos, nos agentes ou nos coletivos. Na ótica da relação capital e trabalho, observa-se, historicamente, que a produção dos seus discursos não ocorre voltada somente para si, mas numa constante direção dupla que ora aponta aos seus adversários políticos, ora aponta a si mesmo<sup>13</sup>. Na medida em que os contextos sociais, políticos ou econômicos mudam, a própria configuração das gramáticas muda e, junto, sua definição identitária<sup>14</sup>.

Um dos componentes da dimensão coletiva procura identificar como as gramáticas classificam seus adversários políticos, pois cada discurso contém uma espécie de representação política sobre seu adversário<sup>15</sup>. Ao elaborar uma identidade coletiva,

traça-se uma diferença entre aquilo que lhe pertence e aquilo que não lhe pertence, entretanto, isso não significa que a identidade coletiva – ou identidades – designe um conjunto de discursos e práticas sociais congruentes<sup>16</sup>. Em virtude dos discursos transitarem entre esferas de atividade distintas, a formação das gramáticas contempla as experiências desses diferentes domínios<sup>17</sup>. Tanto no meio empresarial quanto no meio sindical, é possível observar como os agentes, discursivamente, se apropriam de pesquisas técnicas e científicas.

Por fim, a terceira dimensão do conceito de gramática social se denomina de “discursiva”, pois contempla três componentes da interação discursiva entre os agentes: as críticas, as justificações e as estratégias discursivas. A crítica “denuncia o caráter

<sup>9</sup> Na História dos Conceitos, os conceitos são analisados pelos historiadores a partir de uma semântica comum à época considerada. Busca-se um denominador comum utilizado pela sociedade e se aceita que um conceito possa ter significados distintos. Da perspectiva do artigo, procura-se levemente deslocar essa ideia na direção não da sociedade como um todo, e sim mirando o conteúdo que cada coletividade atribui no uso de um conceito específico.

<sup>10</sup> Metodologicamente, buscou-se identificar conceitos centrais que pudessem representar mais do que aquilo que era imediatamente percebido no discurso dos agentes. Essa decisão metodológica favoreceu a identificação de conceitos que atuavam como marcadores da elaboração discursiva dos agentes.

<sup>11</sup> Braudel (1992) ilustra a experiência holandesa na guerra de libertação pernambucana no início do século XVII. Durante a guerra, a população interessada na libertação do domínio holandês em Pernambuco usou de estratégias de guerrilha, como as arapucas em campos fechados dentro da vegetação de caatinga. O conceito militar holandês de guerra concebia que os confrontos entre tropas deveriam ocorrer em campos abertos e em terrenos planos. Na prática, as tropas holandesas foram surpreendidas e se encontraram em desvantagem tática, pois não conheciam a vegetação. Nesse cenário, os holandeses sofreram muitas baixas. Devido ao conceito holandês de guerra e a sua ética militar distinta da ética dos seus adversários, os comandantes da época afirmaram aos jornais franceses que a guerra em Pernambuco era “desleal” e “injusta”.

<sup>12</sup> “A experiência de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luís XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao seu rei não encontrou eco. Mas, entre a Revolução Inglesa passada e a Revolução Francesa futura, foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia. A história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas” (Koselleck, 2006, pp. 308-309).

injusto de uma situação” (Boltanski & Chiappello, 2009, p. 56), funcionando para expor o adversário e deslocá-lo de uma situação ou posição em que se encontre confortável. A justificação, por sua vez, se baseia numa articulação discursiva de sujeitos e objetos, que operam num contexto de debate em que se é possível legitimar ações e decisões. A definição do que é grande ou pequeno ocorre por meio de um princípio superior comum, compartilhado implicitamente entre as partes debatedoras (Boltanski & Thévenot, 2006).

Metodologicamente, a identificação das críticas e justificações facilita a observação das dimensões histórica e coletiva das gramáticas. Cada crítica e justificação responde a um tipo de identidade específica da gramática, assim como a uma semântica específica – cristalizada na forma de um

conceito na dimensão histórica. Quando as classes patronais, por exemplo, criticam a legislação trabalhista pré-reforma trabalhista, de 2017, implícita e explicitamente carregam consigo uma conceituação do que significa uma legislação “justa” ou “adequada” à sua visão de mundo.

As estratégias discursivas, mobilizadas para convencer o público-alvo do discurso, são exclusivamente contextuais e circunstanciais. Contextuais em virtude de dependerem da configuração política da esfera legislativa, isto é, da composição das forças sociais quando consideradas ocupando os espaços na esfera política formal (governo/ situação, presidência nas comissões, bancadas parlamentares etc.). Essa mesma configuração pode garantir estratégias discursivas mais proativas ou mais reativas. As estratégias discursivas

<sup>13</sup> Os discursos produzidos pelo “Novo Sindicalismo”, na década de 1970, orientavam-se, principalmente, a três alvos: ao regime ditatorial brasileiro, às classes patronais e ao hoje denominado “velho sindicalismo”.

<sup>14</sup> Autores como Schwartz (1996) e Connor (2012), num tópico correlato, corroboram com a compreensão de que as crenças e as memórias sobre o passado são moldadas por circunstâncias e problemas das sociedades atuais.

<sup>15</sup> Pascale (2019) argumenta que a extrema-direita, globalmente considerada, utiliza de discursos estratégicos e sistemáticos que enlaçam formas simbólicas e materiais de violência através da propaganda, desinformação, censura e discurso mundano, e que acaba por transformar a linguagem em arma. Em consonância com as pesquisas que se debruçam sobre esse tópico, afirma-se que as gramáticas sociais – ao conterem uma representação política sobre seus adversários – podem adquirir características belicosas.

<sup>16</sup> Pelo contrário, os discursos voltados à identidade sindical não necessariamente correspondem à sua prática estrita, como Santana (1999) ilustra ao argumentar que o academicamente denominado “Novo Sindicalismo” continha práticas sindicais que representavam uma continuidade com o “Velho Sindicalismo”.

<sup>17</sup> A partir da história do sindicalismo brasileiro, tem-se o exemplo das greves de setores distintos da atividade econômica que, mesmo ocorrendo em períodos simultâneos, apresentaram pautas distintas e referentes à própria atividade ocupacional, como foi o caso das greves de canteiros e calceteiros porto alegrenses em 1917, como lembra Silva (1995). A elaboração da identidade de uma gramática social “sindicalista” – entre aspas dado seu estágio embrionário – do início do século XX ainda precisou lidar com as distintas nacionalidades e culturas da classe trabalhadora, junto dos diferentes ofícios. Portugueses, espanhóis e italianos ajudavam a compor a força de trabalho no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo, como destacam Silva (1995), Biondi (2000) e Roxborough (2011).

são circunstanciais devido a serem encontradas restrinvidas pela interação entre os agentes. As estratégias se encaixam na dimensão discursiva das gramáticas ao se revelarem uma representação ativa – interacional – de aprendizagens sociopolíticas anteriores, mas também fornece espaço para o improviso e a criatividade que a situação discursiva exige.

A escolha da análise das críticas e das justificações se realiza, de um lado, através da observação empírica, de forma que as gramáticas sociais são mobilizadas pelos agentes de forma a legitimar suas visões de mundo, seja pela crítica aos seus adversários, justificações dos seus posicionamentos ou estratégias para convencer o público da validade dos seus argumentos. Por outro lado, as reflexões empregadas por Boltanski e Thévenot (1999), Boltanski e Thévenot (2006), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2009) fornecem subsídios teóricos e conceituais para compreender que cada crítica e cada justificação carrega consigo um modelo de justiça implícito e um princípio superior comum que classifica grandeza ou a pequenez dos agentes e dos objetos envolvidos na disputa política<sup>18</sup>. Em virtude dos esforços analíticos de Boltanski e Thévenot (2006) se voltarem à interação dos agentes em momentos críticos, sua adoção contempla

uma parte da análise, com o conceito de gramática social, complementando-a ao englobar a interação discursiva dos agentes junto da história semântica e da identidade coletiva daqueles quando engajados na disputa política. Desse modo, oferece-se uma abordagem teórica que busca unificar uma análise diacrônica dos discursos com uma análise sincrônica.

Concordando com Honneth (2013), quando aponta que Marx, Sorel e Sartre afirmaram, cada um ao seu modo, que a experiência de autocompreensão dos grupos sociais se encontra ancorada no potencial semântico do seu vocabulário, as gramáticas sociais fornecem aos agentes e coletividades uma série de ferramentas semânticas – que envolvem conceitos históricos, críticas, justificações e estratégias discursivas –, conferindo significado e sentido à experiência particular e coletiva, assim como formas de se legitimar frente ao mundo.

Torna-se importante a compreensão de que as gramáticas não existem por si só, como sendo autorreferentes ou dependendo somente da passagem do tempo. As gramáticas se encontram encaixadas e articuladas com as próprias classificações e tipificações dos agentes e, da mesma forma, com esferas sociais específicas – essas que auxiliam na tônica ou nas inclinações e/ou tendências daquelas classificações

<sup>18</sup> Mesclando as obras de Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapello (2009), sete são as cítés (ou modelos de justiça) identificadas pelos autores: cívica, industrial, mercantil, por projetos, doméstica, inspiradora e da fama.

e tipificações dos agentes. As formas nas quais o heterogêneo movimento sindical classifica e tipifica sua prática, seu contexto e seus adversários se encontram intimamente articulado com o ferramental conceitual e sociopolítico que as gramáticas sociais ajudam a fornecer.

Metodologicamente, no processo de operacionalização do conceito (para além das dimensões e componentes expostos anteriormente), utilizou-se a ideia de “descritores”, definindo o processo pendular de articulação teórica-empírica na direção do conceito e sua subdivisão em dimensões. Cada dimensão foi subdividida em componentes, e cada componente subdividido em descritores. Esse movimento metodológico progride do mais teórico ao mais substantivo.

Os componentes da dimensão histórica do conceito de gramática social, especificamente os “conceitos”, foram definidos como quatro: os conceitos de “Estado”, “mercado”, “trabalhos” e “legislação trabalhista”. Cada um dos conceitos foi identificado nos discursos analisados dos documentos. Identificou-se elaborações distintas em cada gramática, referente a cada um dos mesmos conceitos. No caso do componente da aprendizagem sócio-histórica, definiu-se um descritor referente às experiências sociopolíticas (dos agentes e coletividades) apreendidas a partir do processo legislativo da reforma trabalhista. Sobretudo, esse é um componente do conceito que é melhor apreendido durante um processo de análise diacrônica, necessitando de certo desenrolar

temporal dos discursos das coletividades. Essa condição está atrelada ao processo de cristalização ou substituição dos conceitos associados a cada gramática. Os conceitos de Estado, por exemplo, podem se modificar ao longo de novas experiências sociopolíticas, refletindo o componente de aprendizagem sociopolítica.

No componente “identidade”, presente na dimensão coletiva do conceito, definiram-se quatro descritores: 1) como os agentes e os coletivos que representam se definem no discurso; 2) quais os grupos sociais ou coletividades eles afirmam representar; 3) como os agentes e os coletivos classificam seus adversários políticos; e 4) como os agentes e os coletivos se diferenciam dos seus adversários políticos.

Nos componentes da dimensão discursiva, por fim, tem-se a definição de três descritores. No componente das críticas, o descritor “quais as críticas em relação à reforma trabalhista”; no componente das justificações, “quais as justificações sobre o próprio posicionamento do locutor em relação à reforma”; no componente das estratégias discursivas, quais as articulações discursivas são mobilizadas de modo a convencer o público-alvo do discurso. Esse último componente se demonstrou o maior desafio da pesquisa, no que tange à operacionalização do conceito, em virtude da dificuldade em precisar a sutileza da argumentação dos locutores. Alguns locutores se concentram na demonstração de fatos, apoiando-se numa lógica argumentativa da legitimidade dos dados, enquanto outros aderem à teatralização do discurso.

## ***As gramáticas sociais e a relação capital-trabalho: o caso da reforma trabalhista brasileira, de 2017***

A reforma trabalhista se desenvolveu dentro de um ineditismo institucional. Ainda que na terceira República brasileira tenha ocorrido um impeachment na década de 1990, o de Dilma Rousseff se desenrolou sob condições sociopolíticas e experiências coletivas temporalmente atualizadas. Os fatos desdobrados após o impeachment são contrastados com 13 anos de um governo com políticas que transitaram entre a centro-esquerda e a centro-direita neoliberal. O impeachment de Dilma e a ascensão, posterior, de discursos de extrema-direita fortaleceram o ineditismo contextual no qual a reforma trabalhista transitou no Congresso Nacional. O modo de relação operado publicamente entre capital e trabalho na formação social brasileira sofreu alterações, junto à forma como cada força social se mobilizava na arena política.

A observação da polarização empírica dos discursos conduziu a análise do pesquisador ao verificar certa congruência entre o que se manifesta no conteúdo dos discursos dos agentes e o que é posteriormente categorizado. Observava-se manifestações discursivas variadas entre os representantes do conflito capital versus trabalho no Congresso Nacional, sendo relativamente polarizadas. Os discursos, sob a ótica das gramáticas sociais, apresentaram historicidade no seu conteúdo e forma, por meio da recorrência de elementos que

podem ser identificados em décadas anteriores. A “modernização”, a “flexibilização contratual”<sup>19</sup>, a “redução de custos”<sup>20</sup>, a “defesa dos direitos” e a “luta histórica da classe trabalhadora”<sup>21</sup> são conteúdos discursivos que representam – porém, não absolutamente – a relação capital-trabalho na formação social brasileira.

Na articulação teórico-empírica entre o conceito de gramática social e o objeto de estudo proposto, identificou-se duas gramáticas sociais: a gramática social da “modernização” e a gramática social da “cidadania”<sup>22</sup>. A primeira gramática se encontrou vinculada aos partidos políticos e confederações patronais favoráveis à reforma trabalhista<sup>23</sup>. A segunda se manifestou nos discursos dos partidos políticos e das centrais sindicais contrários à reforma trabalhista<sup>24</sup>.

A gramática social da “modernização”, quando orientada a justificar favoravelmente à reforma trabalhista e a criticar os adversários políticos a ela, demonstrou uma série de argumentos associados a modelos de justiça distintos<sup>25</sup>. Argumentos que afirmavam que o custo do trabalho era excessivo, que a CLT não permite que o trabalhador tenha renda maior ou que as normas da CLT não permitem negociação, apresentam premissas vinculadas à mercantilidade dos objetos, pois destacam princípios do custo econômico e da negociação como a relação entre os agentes e os objetos. O trecho do discurso de um representante da CNT, a seguir, exemplifica a manifestação empírica do princípio superior comum associado ao custo:

*A legislação trabalhista se encontra ultrapassada. Ela foi implantada há 73 anos, numa época em que a sociedade e o mercado de trabalho eram diferentes do que vemos nos dias atuais. As normas vigentes são rígidas, demasiadamente protetivas e pouco abertas às negociações de relações de trabalho. Por isso, são eleitas como as principais responsáveis pela estagnação econômica, em virtude do custo excessivo do emprego formal (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 7).*

No caso acima, identificou-se, metodo-

logicamente, o descritor “legislação trabalhista”, associado à dimensão histórica e ao seu componente denominado “conceitos”. O descritor funciona como um indicador textual que anexa o que está contido no documento com um contínuo e progressivo processo de operacionalização que ora parte do empírico, ora parte do teórico<sup>26</sup>. Centralmente, ao objeto de estudo, existem versões distintas do que se define como uma legislação trabalhista de acordo com os agentes. No caso da gramática social da “modernização”, o conceito de legislação

<sup>19</sup> A “modernização” e a “flexibilização” contratual são elementos significativos no discurso empresarial brasileiro da década de 1990.

<sup>20</sup> A “redução de custos” é um componente precioso ao discurso empresarial planetário que se mostrou publicamente presente de forma acentuada nos discursos da década de 1970 em diante, sendo reforçado pela crise de 2007. Desse modo, a redução dos custos se apresenta destacada nos discursos durante e após momentos de crises.

<sup>21</sup> A “defesa dos direitos” demonstra certo contrapeso à “flexibilização” da década de 1990, enquanto a “luta história da classe trabalhadora” remete, principalmente, no discurso sindical analisado das audiências públicas sobre a reforma trabalhista, às greves do ABC no final da década de 1970. As greves de 1916 e 1917 (incluindo a primeira greve geral no Brasil, de 1917) e as greves da década de 1950 são menos resgatadas nos discursos sindicais contemporâneos, o que pode indicar um componente geracional nos discursos das lideranças sindicais.

<sup>22</sup> Frente ao raciocínio teórico que cerca o conceito e a identificação empírica das gramáticas sociais, torna-se relevante informar que ocorre, de modo amplo, uma interseção entre as gramáticas sociais e as crenças associadas aos grupos sociais destacados a seguir. O objetivo deste artigo não é explorar essa relação, embora seja registrado nessa nota de rodapé sua relevância teórica.

<sup>23</sup> As confederações patronais favoráveis à reforma trabalhista analisada: Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional das Finanças (CNF), Confederação Nacional da Saúde (CNS), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Os Partidos políticos favoráveis analisados foram: PMDB, PSDB, PP, PTB, PR, PPS, DEM, PRB, PSB, PSD, PSC, PEN, PRP, PSL, PTN, PV e SD. Lidades e culturas da classe trabalhadora, junto dos diferentes ofícios. Portugueses, espanhóis e italianos ajudavam a compor a força de trabalho no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo, como destacam Silva (1995), Biondi (2000) e Roxborough (2011).

<sup>24</sup> As centrais sindicais contrárias à reforma trabalhista analisada: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os partidos políticos contrários à reforma analisada: PT, PODE, PSOL, PROS, PDT, PTC, Rede, PCdoB, PSB, PHS, PMB, PSL, PTdoB, PTN e SD.

<sup>25</sup> O modelo de justiça cívico, ainda que timidamente, surgiu como premissa dos discursos quando esses vinculavam a liberdade sindical com a Constituição ou com a reforma trabalhista, em consonância com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

trabalhista se elabora socialmente em relação aos parâmetros semânticos dos locutores e grupos sociais, associados à celeridade (como será visto adiante), à flexibilidade e à “liberdade”. No momento em que a legislação trabalhista não responde à demanda do mundo mercantil, por ser “rígida”, “demasiadamente protetiva” e “pouco aberta às negociações”, o conceito de legislação trabalhista adquire características que definem a legislação como um obstáculo, sendo esse um significado notório contido na gramática social da “modernização”.

A CLT, como “impedindo a geração de empregos”, “interferindo negativamente na produtividade”, sendo “arcaica” ou “atrasada”, demonstrou critérios de classificação do mundo fundamentados no modelo de justiça industrial, pois sua principal métrica observada era a produtividade e se a CLT acompanhava as novas dinâmicas de trabalho oriundas dos avanços tecnológicos. O discurso do representante da CNF e Febraban demonstra esses argumentos:

*Outro detalhe de que gosto sempre de falar é que, quando tratamos de legislação trabalhista no Brasil, a*

*economia sempre mira o futuro — a produção, a industrialização —, mas nós sempre ficamos amarrados ao passado. Ou seja, a nossa legislação trabalhista está sempre atrasada, e a nossa economia está sempre querendo ir para frente (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 5).*

Os argumentos que destacavam que os contratos de trabalho deveriam ser flexíveis ou que a CLT não coadunava com o mercado de trabalho atual manifestaram o princípio superior comum da flexibilidade, associado ao mundo por projetos. O discurso do representante da CNA incorpora tal princípio:

*O grande ganho com este projeto é celeridade, e nós precisamos. Srs. Deputados, o mercado de hoje é muito dinâmico. Não se trata de crítica ao Congresso, mas as relações de trabalho e a resposta que o empresariado precisa dar à sociedade, principalmente de natureza econômica, às vezes não podem esperar a tramitação de um projeto de lei. Como bem sabem, há projetos importantes na Casa cuja tramitação demora 10, 15, 20 anos. E às vezes nós podemos resolver uma crise econômica num ciclo menor, em 3, 4 anos, se a resposta for adequada (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 17).*

<sup>26</sup> No caso do trecho destacado, qual é a definição conceitual do locutor em relação à legislação trabalhista? Existe a definição “oficial” – encontrada nos dicionários da língua portuguesa – mas também existem versões do conceito que adicionam conteúdos semânticos distintos, evidenciando uma elaboração semântica que entrelaça definições “oficiais” com definições que apontam para uma particularidade do social – ainda que a definição do que é “oficial” revele um processo de alquimia social, onde o interesse particular se torna interesse coletivo, isto é, o que se entende como “oficial” e quais os agentes e grupos sociais participaram desse processo. Sobretudo, a perspectiva pretendida no artigo se direciona à compreensão de que existe uma elaboração social aos conceitos utilizados nos discursos. Essa elaboração pode ser analisada através das lentes teóricas encontradas na própria Sociologia, paralelamente às pesquisas realizadas nas disciplinas da Linguística, da Psicologia e da História.

A dimensão da identidade se manifesta no discurso quando se observa que o locutor da CNA destaca um grupo social imaginário, qual seja, o “empresariado”. Na construção do argumento, o grupo social aparece vinculado ao “mercado”. O imperativo do empresariado – observável no verbo “precisar” – em responder com celeridade à dinâmica do mercado dispõe aquele a uma posição implicitamente reativa ao mercado, mascarando o lastro da vontade política do coletivo representado e sua capacidade de agência coletiva. A dimensão da identidade na gramática da “modernização” se expressa por meio da suposta ausência de uma vontade política, a inocentando. Desse modo, uma estratégia discursiva empregada dispõe o locutor como um agente desprovido de vontade política por meio da teatralização despolitizada, onde o discurso político surge somente como um discurso técnico e imparcial.

A gramática social da “cidadania”, por sua vez, apresentou uma associação mais homogênea com modelos de justiça ao destacar, principalmente, premissas associadas ao mundo cívico, quando seus discursos destacavam que a reforma trabalhista não representava os anseios e as necessidades da classe trabalhadora e atentava contra as conquistas históricas do sindicalismo ou que a reforma retirava direitos. Parte do discurso de um representante da CUT aponta para essa ideia:

*É para isso: a precarização total do mundo do trabalho. Quando se fala em gerar emprego, não é isso. O que vai acontecer é a demissão dos trabalhadores que estão ora emprega-*

*dos no regime de CLT — Consolidação das Leis do Trabalho para serem substituídos por outros trabalhadores em regime com condições de trabalho muito inferiores. É a precarização indiscriminada. É o contrário de haver proposta para esses trabalhadores que hoje não têm direitos; para que eles passem a ter direitos, está-se retirando os direitos de todos os que têm e não legalizando os direitos daqueles que ainda não os têm. É pura e simplesmente para aumentar a lucratividade em cima do trabalho do trabalhador que está sendo feita essa proposta (Câmara dos Deputados, 2017b, p. 29).*

Desse modo, o princípio que classificava o mundo, os agentes e os objetos debatidos se fundamentava na ideia de o quanto o projeto de lei era capaz de representar a coletividade, a vontade geral da classe trabalhadora. Em comparação à gramática da “modernização”, a gramática da “cidadania” conteve argumentos homogeneousmente distribuídos entre os agentes e coletivos contrários à reforma, ainda que esse ponto não tenha impedido uma desarticulação de estratégias de ação entre eles. Metodologicamente, o conceito de “trabalho”, mobilizado pelo locutor, encontra a associação de vínculo entre o trabalho e o trabalhador. A precarização do trabalho se desenvolve, nessa lógica particular, posicionando o trabalho e o trabalhador, de um lado, e o empresário e as empresas, de outro. O conceito de trabalho revela uma ótica onde o trabalhador e o trabalho, vinculados, sofrem efeitos de lógicas externas como as alterações pretendidas, à época, pelos representantes empresariais. Sobretudo, para o locutor, “precarizar” o trabalho é en-

fraquecer as condições de existências e de reprodução da classe trabalhadora.

Para legitimar os posicionamentos e as visões de mundo, as forças sociais envolvidas no processo legislativo de alteração da CLT não utilizaram somente de críticas e justificações, mas também de estratégias discursivas para convencer o público-alvo da reforma – tanto o público somente espectador que acompanhava as sessões quanto os deputados federais e os senadores.

As estratégias discursivas das gramáticas sociais analisadas divergiam na sua forma e conteúdo. A coalizão de defesa do capital, através da gramática social da “modernização”, teve seus discursos marcados, principalmente por três tipos de estratégias discursivas.

A primeira estratégia procurava ressignificar os conceitos dos seus adversários políticos; um dos casos mais emblemáticos foi o conceito de precarização. Enquanto uma crítica mobilizada pela coalizão do trabalho e pertencente à gramática da “cidadania”, a crítica à precarização resgatava discursos associados aos postos de trabalho formais e informais que eram inseguros e às péssimas condições de trabalho. Frente a essas críticas, a estratégia discursiva de ressignificação buscava modificar o conceito, transformando-o em sinônimo de informalidade – o que, em última instância, deslegitimava a crítica da oposição, a qual originalmente assevera que a precarização pode ocorrer tanto em postos de trabalho regidos pela CLT quanto os informais. Ao deslegitimar a crítica, a coalizão do capital

deslocava o objeto de debate da precarização à informalidade, reforçando o discurso da passagem do trabalho informal ao trabalho formal e evitando o debate em torno da insegurança e das péssimas condições de trabalho. Através dessa ressignificação, a coalizão do capital argumentava que a reforma responderia exatamente à preocupação associada à informalidade – visto que negava a precarização –, ao formalizar os postos de trabalho informais.

A segunda estratégia discursiva tinha o objetivo de refratar as críticas adversárias, negando o debate. Dessa forma, os tópicos importantes à oposição eram descartados do debate ou da exposição dos convidados nas audiências públicas, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. A estratégia discursiva dificultava a conciliação entre as partes envolvidas no processo legislativo.

A terceira estratégia discursiva principal buscou posicionar a reforma trabalhista como a única opção possível para resolver os problemas da CLT e acalmar os efeitos da crise econômica brasileira daquele momento. Junto das estratégias de ressignificação e de refração, a estratégia da reforma como a única opção ocasionou num fechamento da possibilidade de conciliação entre as partes – situação que se aprofundou com as estratégias discursivas da oposição.

Do lado da coalizão do trabalho, a gramática social da “cidadania” teve como principal estratégia discursiva a desconstrução dos discursos dos adversários políticos. Essa desconstrução usava de

estratégias para desvelar os “interesses ocultos” dos discursos adversários. A oposição apontava que o objetivo da reforma trabalhista era reduzir os custos do trabalho para as classes patronais ao sublinhar suas contradições.

A crítica à precarização do trabalho, de modo geral, demonstrou na gramática da “cidadania” um vínculo estreito entre a esfera sindical e a esfera acadêmica. Uma gramática social se constitui a partir de um emaranhado de distintas experiências sociopolíticas e atividades sociais, sendo um produto do enlace entre diferentes esferas da prática social. Simultaneamente, o conceito de “precarização” surge através da elaboração acadêmica, junto às experiências sociopolíticas desenroladas na esfera sindical, sublinhando aquilo que Bourdieu (2011) chamou de “os efeitos de teoria”.

Ao analisar as gramáticas sociais, as categorizações de acesso mais imediato – ainda que dependendo de uma elaboração metodológica rigorosa prévia – são direcionadas à identificação discursiva das críticas, justificações e estratégias discursivas mais recentes. A organização dos dados e sua disposição permitem a reconstrução das principais associações existentes entre as dimensões do conceito. Nesse sentido, as críticas, as justificações e as estratégias discursivas apresentam conexões com a identidade dos agentes e das coletividades que as mobilizam junto à forma como conceituam suas principais significações, assim como suas experiências e aprendizagens sócio-históricas.

No caso da gramática social da “cida-

dania”, parte dos discursos produzidos principalmente pelas centrais sindicais, porém, encontrando ressonância semântica com partidos políticos como o PT, PCdoB e PSOL, resgatavam a história do sindicalismo brasileiro, em especial remontando à década de 1970 e às de 1930 a 1940<sup>27</sup> – quando o tópico era a liberdade sindical, o surgimento da CLT e as relações sindicalismo-Estado, respectivamente. A experiência sociopolítica de cada época reforçava determinado segmento dos discursos. As décadas de 1930 e 1940 surgiram nos discursos como momentos históricos de reivindicação da classe trabalhadora em relação ao trabalho assalariado e a proteção social do Estado, assim como a CLT sendo fruto da luta do sindicalismo e da classe trabalhadora. As greves no ABC, por simbolizarem com maior ênfase a demandas por autonomia sindical e participação política, junto às críticas ao regime militar da década de 1970, representaram um momento de aprendizagem sociopolítica que forneceu uma guinada à gramática sindical, reforçando no seu rol de conceitos e demandas trabalhistas o papel dos direitos políticos para a classe trabalhadora. A dimensão histórica nas gramáticas, presente na questão analisada, é ilustrada nesse trecho do discurso de um representante da CTB:

*Ela [a Constituição de 1988] foi fruto de lutas democráticas, luta da classe trabalhadora, luta de um período em que foi negado reajuste salarial, com alta repressão contra os trabalhadores. Nós fomos à luta nas ruas e reagimos a esse processo todo da ditadura. Na década de 70 para início da década de 80, conseguimos estabele-*

*cer uma Constituição democrática, que foi a de 1988. Esta Constituição, esse marco legal é importante também para a classe trabalhadora [Adição do autor] (Câmara dos Deputados, 2017b, p. 11).*

Na gramática social da “modernização”, os discursos mobilizados pelos partidos políticos e pelas confederações patronais apresentavam conceitos, como o de “flexibilização”, que remontavam a argumentos da década de 1990, em torno da desregularização do mercado de trabalho e da flexibilização contratual. Inclusive, esses dois tópicos se encontram vinculados ao processo de reestruturação produtiva de 1970 e ao neoliberalismo latino-americano do final da década de 1980. As justificativas e críticas que procuravam legitimar as demandas patronais se cristalizaram nos discursos da sua gramática, se perpetuando e cristalizando através dos processos de aprendizagem sociopolítica, os quais funcionavam tanto para elaborar quanto para atualizar novos conceitos. Entre as décadas brasileiras de 1990 e 2000, em contrapartida, o conceito de precarização – que leva à crítica à precarização do trabalho na gramática da “cidadania” – se fortaleceu e desenrolou na dinâmica discursiva entre capital e trabalho no Brasil, em contrapo-

sição à forma na qual a “flexibilização” foi operada no capitalismo brasileiro. Não por coincidência, ambos os conceitos surgem como antagônicos nos discursos manifestados nas audiências públicas acerca da reforma trabalhista de 2017.

A ideia de “crise” – crise econômica, principalmente, mas também crise política – habitou a gramática social da “modernização”<sup>28</sup>. A reforma trabalhista passou a ser justificada na sua extensão pela necessidade de o Estado alterar a legislação trabalhista para combater a crise política e econômica começada nos governos dilmistas, quando na ótica da coalizão do capital.

Os eventos históricos que recorrentemente surgiram nos discursos patronais foram a Depressão de 1929 e a crise econômica mundial de 2007, com destaque para a última. As pesquisas desenvolvidas em correntes específicas na disciplina da economia auxiliaram no fortalecimento da ideia de “crise” inscrita na gramática da “modernização”. Nesse cenário, o Estado surgiu conceituado como responsável por criar um ambiente de negócios com pouca ou nenhuma regulação, estimulador da autonomia entre as partes envolvidas e não interventor, conceituação essa historicamente circulante nos discursos patronais,

<sup>27</sup> Curiosamente, a Greve Geral de 1917 e a denominada “Greve dos 400 Mil”, de 1957, pouco apareceram nos discursos mesmo em situações que era tema – como a tentativa de greve geral ao final de junho de 2017. As greves gerais são academicamente reconhecidas como eventos históricos importantes no mundo sindical, sendo, portanto, adequado afirmar que aqueles eventos se encontram incorporados à gramática social da cidadania, embora cada um ao seu modo.

assim como associada a correntes da economia como o liberalismo econômico<sup>29</sup>. No discursivo patronal, o liberalismo político – originalmente vinculado à filosofia política – se metamorfoseou em liberalismo econômico. Uma das consequências foi a radicalização de princípios associados à liberdade dos agentes, como as ideias da “livre” circulação de bens e da desregulamentação do mercado de trabalho.

A dimensão histórica contida nos discursos analisados fornece elementos teóricos que problematizam as perspectivas sobre o objeto de estudo. Especificamente, sublinha-se os discursos produzidos pelos agentes como, parcialmente, elaborados com um auxílio de uma espécie de “memória social”, cujo papel enfatiza o resgate de experiências sociais coletivas anteriores. Por um lado, essa observação não funciona para negar a perspectiva da sociologia pragmática francesa, cuja força reside, com

razão, nas características da ação social vinculadas às situações de interação e da mobilização de críticas e de justificações. Por outro, o conceito de gramática social fornece elementos teóricos para repensar a relação entre a produção de discursos e a experiência sócio-histórica dos agentes.

## Conclusão

O processo de debate legislativo sobre a reforma trabalhista de 2017 se apresentou turbulento e representativo da relação capital-trabalho na formação social brasileira. Observou-se, nessa relação, uma dinâmica conflituosa, na qual críticas e estratégias discursivas se direcionavam na anulação do discurso do adversário, um padrão de relação historicamente recorrente na formação social brasileira. O conceito de gramática social funcionou para sublinhar o conteúdo das críticas, justificações e estra-

<sup>28</sup> Numa virada inusitada da história, as classes conservadoras da Europa Central no século XIX, conforme Koselleck (1999) destaca, buscavam afastar a ideia de “crise” frente ao público, de forma a manter a ordem vigente. Contemporaneamente, o termo “crise” é absorvido e ressignificado para guiar as transformações na direção pretendida.

<sup>29</sup> Ainda que as gramáticas sociais se alterem historicamente, surjam e pereçam, os discursos e conceitos permanecem como objetos de disputa política. Coser (2014) destaca que o conceito de Estado, no Brasil do início do século XIX até sua metade, era disputado resumidamente por duas visões distintas. Uma perspectiva politicamente conservadora o concebia como não regulador, não interventor e, no máximo, garantidor de regras mínimas para que os agentes econômicos interagissem. Nessa corrente do intelecto da época, a estrutura escravocrata deveria ser mantida ou minimamente alterada. O Estado, inclusive, deveria ser configurado de forma a elevar as capacidades de ação política do Poder Executivo, em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário. Uma segunda perspectiva, ligeiramente menos conservadora, apontava que o Estado deveria identificar o interesse geral ou coletivo no meio dos interesses particulares e exercer políticas econômicas que atendessem aquele (Coser, 2014). A configuração política daquela época garantia uma representação massiva dos setores estritamente conservadores-monárquicos e dos “conservadores nos costumes e liberais na economia”. Essa nota de rodapé procura não afirmar que existe um certo “espelhamento” entre ideias antigas com ideias contemporâneas, mas sublinhar uma das características das ideias que é sua histórica persistência e sua capacidade de se metamorfosear.

tégias discursivas mobilizadas pelos agentes em situação de conflito, junto ao resgate dos conceitos e identidades historicamente atrelados aos grupos sociais diretamente associados ao mundo do trabalho.

O ferramental teórico dos modelos de justiça de Boltanski e Thévenot (2006) favoreceram a conexão entre as gramáticas sociais e os apoios normativos e cognitivos dos agentes. Observou-se a mobilização de princípios morais associados aos modelos cívico, mercantil, de projetos e industrial. Na gramática da “cidadania”, houve predominância do modelo cívico, enquanto, na gramática da “modernização”, os modelos mercantil, de projetos e industrial. A análise atentou para a questão que não existe, sobretudo, uma exclusividade da mobilização dos modelos de justiça. Os agentes, dependendo da situação, intercambiam ou trocam suas críticas e justificações sem se fundamentarem exclusivamente num modelo, porém, constou-se preferências de mobilizações morais, dependendo da vinculação social dos agentes e da sua gramática. Desse modo, o conceito de gramática social complementa a análise fundamentada nos modelos de justiça, pois permite apontar para a recorrência das críticas e justificações específicas com base não somente na interação, mas também na recorrência histórica e sociopolítica dos discursos. As críticas e justificações, por fim, encontram-se atreladas não somente a modelos de justiça determinados, mas à própria historicidade e identidade que as gramáticas conferem aos discursos dos agentes. A análise so-

bre os modelos de justiça tornou manifesto que os discursos mobilizados pelos agentes envolvidos no processo não são fundamentados, em última instância, sob princípios técnicos, mas morais.

O modelo de justiça por projetos surgiu nos discursos como uma função distinta da observada na obra *O novo espírito do capitalismo*, de Boltanski e Chiapello. No caso da pesquisa operada, o modelo por projetos não era mobilizado discursivamente para reengajar o trabalhador e exigir de si uma conduta flexível, adaptável e disposta a conectar projetos atrás de projetos, mas para justificar um conjunto de alterações na legislação trabalhista que a adapte aos interesses contratuais de trabalho das classes patronais.

A elaboração e utilização do conceito de gramática social torna possível destacar alguns elementos dos discursos políticos sobre a reforma trabalhista. O primeiro elemento é uma relativa homogeneidade empírica dos discursos, afirmação segura quando se tem em perspectiva o material empírico de dados analisados. Essa análise, inclusive, possibilitou a identificação de duas gramáticas principalmente. A gramática social da “modernização”, vinculada à coalizão do capital, destacou a redução do custo de trabalho e a flexibilização contratual como objetivos importantes na retomada do crescimento econômico, argumento que fundamentaria, na perspectiva da coalizão, um cenário favorável à reforma trabalhista ser transformada em alteração legislativa definitivamente. A gramática da “cidadania”, associada

à coalizão do trabalho, caracterizou-se como reativa às justificações adversárias, lançando um conjunto de críticas direcionadas a desconstruir os discursos opositores. O segundo elemento refere-se à esfera legislativa se mostrar um palco que unifica e homogeneiza os discursos políticos. Mesmo que se reconheça a idiossincrasia individual, os discursos públicos se manifestam de forma a torná-la secundária, elevando a coletividade como o “sujeito” do discurso. O terceiro elemento se refere ao conceito de “Estado” nas gramáticas. A reforma trabalhista se apresentou como a disputa pelo conteúdo que a CLT irá legislar sob o trabalho. Na gramática da “modernização”, o Estado é conceituado como um criador de um ambiente de negócios, sem intervir e se tornando presente pela sua ausência. Na gramática da “cidadania”, o Estado surge como um pilar que sustenta a proteção do trabalho e, logo, do trabalhador.

A dinâmica discursiva entre capital e trabalho e as gramáticas sociais identificadas tornam visível o mundo do trabalho próprio à formação social brasileira. A dinâmica entre representantes do capital e do trabalho em tom de conciliação adotado em outras configurações políticas, como nos governos lulistas, esteve ausente, dando espaço à radicalização de posições opostas e conflitantes. A dinâmica discursiva da reforma trabalhista, de 2017, tornou manifesto a recorrência histórica de como o capitalismo brasileiro recebe as críticas direcionadas a si e como produz respostas e justificações congruentes

com seu modo de operar.

As gramáticas sociais apontadas não devem ser reduzidas ao processo legislativo da reforma trabalhista, de 2017, como que se manifestassem naquele processo para, logo após, desaparecerem. As gramáticas identificadas fazem parte da relação capital-trabalho localizada na formação social brasileira, sem necessariamente serem correlatas a gramáticas de outras formações sociais. A questão principal a ser elaborada é que essas gramáticas fazem parte da história social do mundo do trabalho.

As gramáticas se cristalizam através do conflito historicamente recorrente entre dois ou mais grupos sociais ou coletividades. Outras gramáticas podem ser observadas em outros conflitos, porém, é necessário, metodologicamente, identificar situações históricas recorrentes nas quais se é possível apontar para a cristalização de conceitos, discursos e identidades determinadas. Desse modo, o conceito de gramática social carrega consigo a potencialidade de ser elaborado e pensado à luz de outros objetos de estudo, desde que tais condições sejam empíricas e metodologicamente plausíveis.

O conceito de gramática social apresentou certas limitações quando considerada sua operacionalização. As pesquisas futuramente poderão lapidar novas formas de vincular o objeto empírico com as dimensões, componentes e descritores do conceito. Especificamente, o processo de decisão sobre quais descritores são simultaneamente abstratos – de modo a

se conectarem a diferentes referenciais textuais – e substantivos o suficiente para precisar tematicamente o que se investiga e como se recorta o objeto de estudo. Um segundo elemento observado se direciona à dificuldade para inferir nos discursos uma espécie de genealogia dos “conceitos” (contidos na dimensão histórica) e em quais capacidades e possibilidade esses “conceitos” se diferenciam e particularizam em “conceitos” próprios de uma determinada gramática, e não conceitos compartilhados entre gramáticas.

Procurou-se destacar como a sociologia pragmática francesa poderia contribuir com a sociologia do trabalho por

meio de uma abordagem da interação entre os agentes através do ângulo discursivo. A perspectiva discursiva englobou principalmente as críticas, justificações, estratégias discursivas e os apoios normativos mobilizados nassituações de disputa e debate público em relação ao processo legislativo da reforma trabalhista. O campo da sociologia do trabalho se beneficiaria, assim, da incorporação de análises que contemplem as dinâmicas discursivas da relação capital e trabalho através da ótica pragmática da interação, que aponta para os conteúdos sociais e morais do capitalismo brasileiro.



## Referências Bibliográficas

- Armelino, M. (2015). El Proceso Político De La Reforma Laboral Em La Administración Pública Argentina (1989-1999). *Trabajo Y Sociedad*, (24), 29–52.
- Avritzer, L. (2000). Teoria Democrática E Deliberação Pública. *Lua Nova*, (50), 25–46. Doi: [Https://Doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003](https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003)
- Bardin, L. (2016). Análise De Conteúdo. Edições 70.
- Benson, J. (2018). Deliberative Democracy And The Problem Of Tacit Knowledge. *Politics, Philosophy & Economics*, 18(1), 76–97. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1470594x18782086](https://doi.org/10.1177/1470594x18782086)
- Biondi, L. (2000). Identidade De Classe E Identidade Nacional Entre Solidariedade E Conflito: Socialistas E Republicanos Italianos Na São Paulo Do Início Do Século Xx E Suas Relações Com As Associações Patrícias E O Nascente Sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 26(1), 131–162. Doi: [Https://Doi.org/10.15448/1980-864x.2000.1.24789](https://doi.org/10.15448/1980-864x.2000.1.24789)
- Blok, A. (2013). Pragmatic Sociology As Political Ecology: On The Many Worths Of Nature(S). *European Journal Of Social Theory*, 16(4), 492–510. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1368431013479688](https://doi.org/10.1177/1368431013479688)
- Blokker, P. (2011). Pragmatic Sociology: Theoretical Evolvement And Empirical Application. *European Journal Of Social Theory*, 14(3), 251–261. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1368431011412344](https://doi.org/10.1177/1368431011412344)
- Boltanski, L. (2009). *De La Critique: Précis De Sociologie De L'émancipation*. Gallimard.
- Boltanski, L. (2000). *El Amor Y La Justicia Como Competências: Tres Ensayos De Sociología De La Acción*. Amorrortu Editores.

- Boltanski, L. (1999). The Sociology Of Critical Capacity. European Journal Of Social Theory, 2(3), 359–377. Doi: <Https://Doi.org/10.1177/136843199002003010>
- Boltanski, L., & Chiapello, É. (2009). O Novo Espírito Do Capitalismo. Editora Wmf Martins Fontes.
- Boltanski, L., & Thevenot, L. (2006). On Justification: Economies Of Worth. Princeton University Press.
- Bourdieu, P. (2011). Razões Práticas: Sobre A Teoria Da Ação. Papirus.
- Bridi, M., Braga, R., & Santana, M. (2018). Sociologia Do Trabalho No Brasil Hoje: Balanço E Perspectivas. Revista Brasileira De Sociologia, 6(12), 42–64. Doi: <Https://Doi.org/10.20336/Rbs.244>
- Burgess, K. (2010). Global Pressures, National Policies, And Labor Rights In Latin America. Studies In Comparative International Development, 45(2), 198–224. Doi: <Https://Doi.org/10.1007/S12116-010-9063-Y>
- Burns, T., & Lemoyne, T. (2007). Como Os Movimentos Ambientalistas Podem Ser Mais Eficazes: Priorizando Temas Ambientais No Discurso Político. Ambiente & Sociedade, 10(2), 61–82. Doi: <Https://Doi.org/10.1590/S1414-753x2007000200005>
- Braudel, F. (1992). The Perspective Of The World. University Of California Press.
- Câmara Dos Deputados. Comissão Especial – PI 6787/16. Reunião Nº. 55/17. Notas Taquigráficas. Disponível Em:
- Cefai, D. (2009). Comment Se Mobilise-T-On? Sociologie Et Sociétés, 41(2), 245–269. Doi: <Https://Doi.org/10.7202/039267ar>
- Charaudeau, P. (2017). Discurso Político. Contexto.
- Cohen, J. (2003). Deliberation And Democracy Legitimacy. In D. Matravers & J. Pike (Orgs.), Debates In Contemporary Political Philosophy: An Anthology. Routledge.
- Colomé, F., & Mayer, R. (2016). Gramáticas Da Ação Na Economia Solidária E A Justificação Das Práticas De Consumo. Análise Social, 22(3), 567–597. Doi: <Https://Doi.org/10.31447/As00032573.2016220.03>
- Connor, B. (2012). 9/11 – A New Pearl Harbor? Analogies, Narratives, And Meanings Of 9/11 In Civil Society. Cultural Sociology, 6(1), 3–25. Doi: <Https://Doi.org/10.1177/1749975511427809>
- Cook, M. (1998). Toward Flexible Industrial Relations? Neo-Liberalism, Democracy, And Labor Reform In Latin America. Industrial Relations, 37(3), 311–336.

- Coser, I. (2014). Estado. In J. Feres Júnior (Org.), Léxico Da História Dos Conceitos Políticos Do Brasil. Editora Ufmg.
- Dolny, B. (2011). Possible application of deliberative democracy in parliament. *Human Affairs*, 21(4), 422–436. Doi: <https://doi.org/10.2478/s13374-011-0041-5>
- Elster, J. (2010). Décisions individuelles et decisions collectives. *Social Science Information*, 49(1), 11–28. Doi: <https://doi.org/10.1177/0539018409354809>
- Faria, C. 2000. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*, (49), 47–68. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-6445200000200004>
- Galvão, A. (2003). Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Gibbons, S. (2015). La experiencia neoliberal. Privatización de servicios públicos y reforma laboral en perspectiva neoinstitucionalista, 1989-1996. *Temasy debates*, 30(19), 87–107. Doi: <https://doi.org/10.35305/tyd.v0i30.323>
- Goldín, A. (2012). Reforma y contrarreforma laboral em Argentina, crónica simple de um processo pendular. Derecho PUCP, (68), 63–92.
- Guzmán, V., Barozet, E., & Méndez, M. (2017). Legitimación y crítica a la desigualdad: una aproximación pragmática. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, (73), 87–112. Doi: <https://doi.org/10.29101/crcs.v0i73.4239>
- Habermas, J. (2003). Mudança estrutural da esfera pública. *Tempo Brasileiro*.
- Hillesheim, J. (2017). Aprendendo com a História: táticas sindicais que contribuíram para a contrarreforma trabalhista. *Textos & Contextos*, 16(2), 297–312. Doi: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2017.2.28375>
- Holden, M.; Scerri, A. (2015). Justification, compromisse and test: developing a pragmatic sociology of critique to understand the outcomes of urban redevelopment. *Planning Theory*, 14(4), 360–383. Doi: <https://doi.org/10.1177/1473095214530701>
- Jagd, S. (2011). Pragmatic sociology and competing orders of worth in organizations. *European Journal of Social Theory*, 14(3), 343–359. Doi: <https://doi.org/10.1177/1368431011412349>
- Kaufmann, L. (2012). Agir en règle: Le pari grammatical de la sociologie pragmatique à l'épreuve de la critique. *Raison publique*, 16, 227–263.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto PUC-Rio.
- Krein, J. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30(1), 77–104. Doi: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>
- Kreppel, A; Hix, S. (2003). From “grand coalition” to left-right confrontation: explaining the shifting structure of party competition in the European Parliament. *Comparative political studies*, 36(1-2), 73–96. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414002239372>
- Lemieux, C. (2009). Le devoir et la grâce: Pour une analyse grammaticale de l'action. *Economica*.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. Parábola Editorial.
- Mayer, J. (2016). The limits of labor legislation reforms: rigidity, growth, and employment in Brazil (1995-2010). *Journal of Politics in Latin America*, 8(1), 95–127. Doi: <https://doi.org/10.1177/1866802X1600800104>
- Morin, J., & Gold, R. (2010). Consensus-seeking, distrust and rhetorical entrapment: the WTO decision on access to medicines. *European Journal of International Relations*, 16(4), 563–587. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414099349001>

[org/10.1177/1354066110366054](https://doi.org/10.1177/1354066110366054)

- Pascale, C. (2019). The weaponization of language: discourses of rising right-wing authoritarianism. *Current Sociology Review*, 67(6), 898–917. Doi: <https://doi.org/10.1177/0011392119869963>
- Pessanha, E.; Artur, K. (2013). Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), 1569–1580. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600009>
- Rocha, M. (2010). Representação, deliberação e estudos legislativos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), 121–194. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300008>
- Roxborough, I. (2011). A classe trabalhadora urbana e o movimento trabalhista na América Latina após 1930. In L. Bethell (Org.), *História da América Latina: América Latina após 1930- Estado e política* (Vol. 7, pp. 275-353). EDUSP; Fundação Alexandre de Gusmão.
- Santana, M. (1999). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 103–120. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300007>
- Schwartz, B. (1996). Memory as a cultural system: Abraham Lincoln in World War II. *American Sociological Review*, 61, 908–927.
- Silva, A. (1995). Contribuição a uma “história dos de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 21(1), 61–83. Doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1995.1.28885>
- Spink, M., & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In, M. Spink & H. Lima (Orgs.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93–122). Cortez.
- Stephenson, M. (2011). Information acquisition and institutional design. *Harvard Law Review*, 124(6), 1422–1482.
- Thévenot, L., Moody, M., & Lafaye, C. (2000). Forms of lauding nature: arguments and modes of justification in French and American environmental disputes. In M. Lamont & L. Thévenot (Orgs.), *Rethinking comparative cultural sociology: Repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge University Press.